

## **Da Escola de Administração do Ceará (EAC) para o CESA/UECE: Uma Trama Histórica.**

### **FELIPE KAISER FERNANDES**

Universidade Estadual do Ceará  
felipekaiserf@gmail.com

### **MARIANA MAIA BEZERRA**

Universidade Estadual do Ceará - UECE  
marianamaiab7@gmail.com

### **ANA SILVIA ROCHA IPIRANGA**

Universidade Estadual do Ceará  
anasilviaipi@uol.com.br

À professora Dra. Ana Silvia Rocha Ipiranga, ao CNPQ e a FUNCAP (Fundação Cearense de Amparo à pesquisa), aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual do Ceará (PPGA-UECE), a todos professores e funcionários do Centro de Estudos Sociais Aplicados e todos aqueles que auxiliaram e contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa de alguma forma.

## **Da Escola de Administração do Ceará (EAC) para o CESA/UECE: Uma Trama Histórica.**

### **Resumo**

Seguindo outros estudos do gênero e tendo como base uma discussão sobre a história no contexto dos estudos organizacionais, a presente pesquisa se valendo do método histórico, teve como objetivo construir a trama da Escola de Administração do Ceará (EAC). Foram identificados três períodos entre os anos de 1957 a 1979. As tramas narrativas revelaram, em um primeiro momento histórico, uma escola experimental de caracteres híbridos em termos curriculares e estruturais, até a consolidação da identidade do curso de graduação em Administração no contexto do Centro de Estudos Aplicados (CESA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

**Palavras-Chave:** História, Escola de Administração, CESA, UECE

### **1 Introdução**

As escolas de Administração, assim como as organizações, possuem uma história a se contar, cada qual com suas características e similaridades. Muitas vezes, a narrativa encontra-se escondida em fragmentos de documentos antigos, fotos e memórias esquecidas, dificultando o conhecimento de fatos e versões por muitos que trabalham, estudam e fazem parte dessas escolas.

Nesse sentido, busca-se dialogar com o campo de pesquisa e ensino de Administração no intuito de compreender a história, trajetória e evolução de escolas de Administração (KIPPING; ÜSDIKEM; PUIG, 2004). No Brasil nos últimos anos, alguns autores iniciaram suas buscas à história de algumas escolas de Administração, fato que ocorre, principalmente, devido a influência do *management* no país. Essa onda de estudos estimulou o desejo de conhecer o enredo de uma específica escola de Administração e suas influências voltadas ao Nordeste do país, especificamente ao Ceará, qual seja o curso de Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) da Universidade Estadual (UECE).

No que tange à historiografia das organizações brasileiras, nota-se uma preocupação em considerar as ideias, práticas e discursos da administração como fenômenos históricos, sociais e geopolíticos (ALCADIPANI; BERTERO, 2012; MARTINS, 1989; VIZEU, 2010). Ainda assim, percebe-se um número reduzido de pesquisas que investigam a história das instituições de ensino dessa área (FISCHER; WAIANDT; FONSECA, 2011).

Assim, este trabalho propõe-se dar continuidade a essas pesquisas também no Nordeste do Brasil, buscando preencher uma carência desses estudos na região. Com isso, apresenta-se discussões acerca da história da criação do curso em Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE), cujo quadro histórico é formado pela criação da Escola de Administração do Ceará (EAC), compreendendo assim suas possíveis influências nacionais e internacionais.

Apresenta-se o modo pelo qual o curso de Administração da UECE se tornou uma construção histórica. Sendo assim, pode-se pensar na representação histórica e na forma como o surgimento da EAC dialoga com as demais escolas de Administração do país, como o da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sobretudo, através de acordos de colaboração, bolsas de estudo, legitimação de currículos, dentre outros.

Pretende-se, dessa forma, construir a trama da EAC até seu estabelecimento atual no *campus* da UECE à partir do método histórico, buscando identificar, como objetivos específicos, peculiaridades e interseções entre outros cursos e possíveis influências de outras instituições e organizações. Valendo-se de arquivos históricos como documentos de cooperação nacional e

internacional, atas de reuniões, entrevistas e arquivos disponíveis na internet como fontes de informações.

O estudo está dividido em quatro tópicos, além desta introdução. No primeiro tópico, discorre-se sobre os Estudos Organizacionais e o método histórico. No segundo, faz-se uma breve leitura histórica das escolas de Administração no Brasil. O terceiro tópico discute a metodologia. No quarto tópico se articulam os fragmentos que configuram a trajetória histórica da EAC até seu estabelecimento no CESA/UECE.

## **2 Integrando a História aos Estudos Organizacionais**

O chamado para o "*historicturn*" em Estudos Organizacionais (EORs) e Administração é um movimento cuja intenção é historicizar o trabalho nas ciências sociais e, assim, transcender marcos estáticos que a teoria organizacional herdou do funcionalismo (CLARK; ROWLINSON, 2004). Nos últimos anos, houve um comprometimento da pesquisa acadêmica em EORs para viabilizar o potencial ontológico, epistemológico e metodológico da perspectiva histórica em Administração.

As tentativas de transpor as fronteiras que separavam a perspectiva histórica da Administração e dos EORs remontam a algumas décadas (GRAS *et al.* 1937), porém recentemente essa virada adquiriu um cunho crítico mais cristalizado (COOKE, 1999; BOOTH; ROWLINSON, 2006).

Segundo Üsdiken e Kieser (2004), podemos associar três tipos de abordagens ao "*historicturn*": suplementaristas, integracionistas e reorientacionistas. O primeiro grupo considera a história como uma variável contextual, entre outras variáveis, como cultura nacional. A posição integracionista busca enriquecer a teoria organizacional através do desenvolvimento de ligações com as ciências humanas, incluindo história, teoria literária e filosofia, sem completamente abandonar a orientação das ciências sociais. A agenda reorientacionista envolve uma crítica à natureza a-histórica das teorias organizacionais existentes, assim como ao caráter a-teórico da análise histórica - sugerindo a necessidade de se desenvolver estilos de escrita e métodos que favoreçam a pesquisa historicizada (BOOTH, ROWLINSON, 2006; DUREPOS; MILLS, 2011).

Conforme Barros, Alcadipani e Bertero (2012) as categorias criadas por Üsdiken e Kieser (2004) ecoaram em estudos publicados no Brasil. Nesse sentido, Vizeu (2010) e Costa, Barros e Martins (2010) estabeleceram caminhos para compreendermos historicamente o pensamento administrativo. Vizeu (2010), especificamente, dialoga com elas e observa a trajetória histórica como "uma das formas de verificar os aspectos peculiares da gestão e formas de organização do Brasil", Costa, Barros e Martins (2010) iniciam seu estudo ressaltando que apesar dos esforços nos últimos anos para transpor a fronteira que existe entre a Administração e a perspectiva histórica, essas tentativas são ainda incipientes. Logo, no que se refere ao uso da metodologia histórica, esses estudos indicam que deve haver um esforço contínuo - *moto perpétuo* - para ultrapassar essa barreira no conhecimento, limitado pela hegemonia de um paradigma dominante - no caso da área de Administração pelo funcionalismo sociológico (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

Nesta perspectiva, ao integrar a pesquisa histórica com o campo de EORs e Administração, superam-se as características denominadas por Booth e Rowlinson (2006) de "universalistas" e "presentistas". O primeiro se refere à visão de que a teoria contemporânea organizacional se aplica a fenômenos organizacionais em todas as sociedades de forma atemporal, enquanto que o segundo diz respeito às pesquisas na área que são relatadas como se ocorressem em um descontextualizado e ampliado presente.

Além disso, ao apoiar-se na historiografia organizacional, pode-se observar os contextos sociais e políticos que favoreceram o desenvolvimento do conhecimento administrativo e em EORs tais como, por exemplo, o ambiente da Guerra Fria que contribuiu para a disseminação desses saberes com inclinações a valores americanos (COOKE, 1999). De fato, o *management*, nascido das transformações do capitalismo americano entre o fim do século XIX e o início do século XX, rapidamente tornou-se um objeto de exportação para outros países, através de acordos de cooperação como o Programa *Point IV*, Programa de Ensino de Administração Pública e de Empresas (PBA-1) e instituições como a Fundação Ford e a USAID (*United States Agency for International Development*) agência dos Estados Unidos (EUA) para o desenvolvimento internacional.

Em termos de circulação internacional de ideias, ou *import-export* intelectual, os autores Alcadipani e Bertero (2012) mostram que a importação intelectual do *management* no Brasil se deve muito aos acordos de cooperação celebrados entre os brasileiros e os americanos no contexto da Guerra Fria. Nesta perspectiva, podemos observar o apoio dos Estados Unidos (EUA) na criação do primeiro curso de Administração no país, em 1952, da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP - FGV), por intermédio da Organização das Nações Unidas (ONU) (MACHADO, 1966). Alcadipani e Bertero (2012) também apontaram a criação em 1954 da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), ligada à FGV, com influência *Michigan State University (MSU)* e da Fundação Ford.

Vale lembrar ainda que Barros (2014), Taylor (1968) e Siegel (2010) apontam particularidades quanto às tentativas americanas de estenderem laços de cooperação no Brasil. No Curso Superior de Administração Pública da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG), criado em 1952, houve uma tentativa mal sucedida dos EUA, haja vista a diferenciação hierárquica recebida entre as escolas da FGV e outros cursos pelas instituições americanas que incomodaram a diretoria da FACE/UFMG (BARROS, 2014). A respeito da Universidade de Pernambuco, estabelecida em 1959, Siegel (2010) considera a pressão estudantil o fator que contribuiu para os pernambucanos abandonarem os acordos de cooperação.

Desta maneira, devemos ponderar acerca do modo como o Brasil incorporou os ideais do *management* americano. Ora, nem todas as escolas que iniciaram suas atividades na década de 50 aderiram aos acordos de cooperação americanos, ora nem todas podem ser consideradas como meras cópias das escolas americanas de Administração no país, *e.g.* EAESP-FGV (ALCADIPANI; BERTERO, 2012).

Nesse sentido, o projeto político dos EUA de propagar o *management* favoreceu o desenvolvimento de instituições híbridas, através da passagem do modelo norte-americano com características do contexto recipiente e do poder local (*e.g.* ÜSDIKEN, 2004). Em seguida, a difusão passou pelas Escolas de Administração criadas no Brasil e por tentativas de estabelecer cursos dentro das Faculdades de Economia das Universidades, no caso da UFRGS (BARROS, ALCADIPANI; BERTERO, 2014), ou centros de Sociologia e Política, como na UFMG/FACE (MAUCK, 1954), devido a não existência de legislação específica na época. De tal modo, além da imbricação do modelo norte-americano com peculiaridades do território nacional, também podemos notar instituições híbridas no sentido de serem em parte universidades públicas e em parte Escolas de Administração, seletivas, elitistas e profundamente enraizadas em um sistema social que funciona para reproduzir várias formas de capital.

### **3 Breve história dos cursos de Administração no Brasil**

A abordagem histórica introduz diversos elementos para melhor descrever uma organização, como datas, locais e atores principais, além da contextualização do período e do ramo em que esta surge. Compreender historicamente as escolas de Administração no Brasil é tomar em conta a história do pensamento administrativo brasileiro e as questões sociais nas quais elas surgiram.

Nesse sentido, Fischer (1984) já delineava os traços históricos do ensino de pós-graduação em Administração no Brasil. Além disso, Coelho (2006) esclarece a história do ensino de graduação em Administração Pública no país, e ainda, Keinert (1994) faz uma reconstituição da evolução brasileira nesse campo de conhecimento, marcado por correntes principais de pensamento, denominados pela autora de "paradigmas". Outras obras também recuperam o campo de conhecimento da pesquisa histórica em Administração no país, como Covre (1982) e Martins (1989). Esses trabalhos traçam considerações sobre a História do Ensino de Administração no Brasil, assim como a influência norte-americana, as relações entre os polos de difusão, tais como a Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP-FGV), a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Instituto de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS, e conteúdo político nesse campo.

Nesta perspectiva, mais recentemente, os trabalhos de Alcadipani e Bertero (2012), Barros, Alcadipani e Bertero (2014), Barros (2014), resgatam a história da formação das escolas de Administração no país, após a Segunda Guerra Mundial até meados da década de 60 e questionam como se deu a influência norte-americana nesses estabelecimentos.

No entanto, o resgate histórico das escolas de Administração no Brasil, assim como seu recorte periódico pode apresentar limitações. As tentativas de periodização sequencial dos seus surgimentos em divisões nítidas podem apresentar imprecisões ou serem controversos, envolvendo as narrativas do surgimento dos mesmos, como por exemplo da criação da Escola de Administração do Ceará, considerada por alguns autores como sendo 1957 (BARROS; ALCADIPANI; BERTERO, 2014) e em 1961, por outros (COELHO, 2006). Por outro lado, a essa controversa pode-se também atribuir diferentes caminhos interpretativos e ou mesmouma função didática, levando-se em consideração a legislação nacional e pareceres e a conjuntura sobre o ensino superior de Administração Pública e de Administração de Empresas.

Nesse sentido, podemos considerar três períodos históricos que fundamentaram as bases para o surgimento das escolas de Administração no país, através do ensino de Administração Pública (AP). Conforme Fischer (1984), Coelho (2006), nesses períodos é possível compreender a formação do ensino em AP a partir das reformas educacionais no Império, ao surgimento da FGV em 1944 e conseqüentemente a criação da EBAP em 1952.

Sobre o ponto de vista histórico, Coelho (2006) considera que a gênese das escolas de Administração no Brasil antecede os anos 50 - com o surgimento da EBAP - e remetem às reformas educacionais no período imperial, através do ensino da AP e "claramente delineado à luz do enfoque jurídico" nas Faculdades de Direito, regulamentadas desde 1854. Já, no ensino secundário, o estudo da AP data do ano de 1902 em duas escolas particulares: em São Paulo, na Escola de Comércio Álvares Penteado, e no Rio de Janeiro, na Academia de Comércio (NICOLINI, 2000). Conforme Decreto legislativo nº 1.339, de 1905, o Governo Federal reconheceu o diploma por elas conferido (BRASIL, 1905).

Durante os primeiros anos do século XX as escolas consideradas as precursoras da área de Administração eram voltadas para o ensino comercial e estavam ligadas à expansão decenários econômicos comerciais do país (PINTO; JÚNIOR, 2012).

Por volta da década de Era Vargas, período em que, segundo Coelho (2006) as condições e motivações para criação das escolas com a finalidade de formar, em nível superior, uma burocracia especializada na gerência de órgãos/departamentos públicos são fundamentadas, começam a surgir no Sudeste do país organizações com o intuito de introduzir no Brasil os princípios da Administração clássica, como o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (FISCHER, 1984).

Contudo, o ensino de Administração no Brasil passou por movimentos oscilantes: a lei 7988/45 decretou o fechamento dos cursos de Administração e finanças no país. Instituições como a UFRGS e a Faculdade Nacional de Política e Economia tiveram seus Cursos Superiores em Administração extintos (BARROS; ALCADIPANI; BERTERO, 2014).

Durante muito tempo, a área de Administração foi relegada em cursos técnicos em estabelecimentos privados que funcionavam como extensões das escolas de comércio e em disciplinas nos cursos superiores de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Em contrapartida, conforme Coelho e Nicolini (2014), "alguns empreendimentos autônomos com planos inovadores foram postos em prática". Deve-se destacar nesse período a criação da ESAN (Escola Superior de Administração de Negócios) e dos "cursos do DASP" na região sudeste (COELHO; NICOLINI, 2014). Além disso, a Universidade de São Paulo (USP) criou a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) em 1946 a partir do Decreto-Lei nº 15.601 que atribuía "à Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas a finalidade do oferecimento de ensino, em grau superior, de Economia e Administração" (VALE, 2012), mantendo-se o ensino de administração como área complementar dos cursos de Ciências Econômicas e Contabilidade. O bacharelado em Administração da USP só viria a ser criado em 1964.

Esse período também remete à criação da FGV. À princípio, a Fundação, criada no governo Vargas em 1944, "tinha o objetivo de desenvolver pesquisa e ensino na área de Administração" (PINTO; JÚNIOR, 2012). Posteriormente, a FGV cria a Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP, no Rio de Janeiro em 1952 e institui a Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP em 1954.

Com base em alguns estudos é comum perceber as relações intrínsecas entre a formação da EBAP e o surgimento de outros cursos no país, assim como a influência que essa escola exerceu na formação dos mesmos. Conforme Coelho (2006), nos dez anos seguintes à criação do curso de graduação da EBAP-FGV, surgiram no país cursos com tal formação na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (1952); na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) (1954); na Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia (1959); na Escola de Ensino Superior de Administração da Universidade Federal de Pernambuco (1959); na Escola de Administração do Ceará – EAC. (1961); e no Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (1961). Logo, a EBAP instituiu o ensino superior de Administração Pública (AP) de modo regular e sistemático – em nível de graduação – sendo pioneiro na América Latina (COELHO, 2006).

A EBAP surgiu de encontros entre representantes da FGV e professores norte-americanos, destinada à formação de profissionais especialistas para a AP (NICOLINI, 2000). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, acordos de cooperação técnica e educacional foram celebrados entre Brasil e Estados Unidos e o surgimento dessa Escola se insere nesse contexto, a partir de visitas dos professores brasileiros às universidades americanas, como a Universidade do Sul da Califórnia e a *Michigan State University* (WAIANDT, 2009). A princípio, nos cursos de Administração no país havia o predomínio do ensino da AP com o intuito de treinar o quadro funcional do governo devido às mudanças no contexto institucional (KEINERT, 1994).

Em 1954, surgia, também através da FGV, o primeiro curso de Administração de Empresas no país, de caráter privado, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), influenciado, diretamente, pela tecnologia desenvolvimentista da escola norte-americana (BERTERO, 2006). Vale lembrar que tanto a formação de professores de Administração e de empresas no período foi influenciada por professores norte-americanos, bem como a idealização dos programas dos cursos de graduação brasileiros (WAIANDT, 2009).

O momento histórico que vivia o país àquela época era marcado pela transferência e acordos de tecnologias desenvolvida nos Estados Unidos. Dessa maneira, o ensino de Administração no Brasil fica caracterizado como mais uma dessas transferências de aportes americanos (*management*).

Em 1959, foi assinado um convênio, entre o governo brasileiro e o governo norte-americano, instituindo o Programa de Ensino de Administração Pública de Empresas (PBA-1). Esse projeto tinha como convenientes, pelo lado brasileiro, o Ministério da Educação e Cultura, o Departamento Administrativo do Serviço Público, a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e, pelo lado norte-americano o Instituto de Assuntos Interamericanos (ICA) e pela Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica do Brasil (USOM) (FISCHER, 1993).

Coelho (2006) ainda acrescenta que a EBAP teve participação importante tanto na regulamentação do ensino de Administração - a partir do Decreto nº. 1108, de 30 de maio de 1962, que reconhece pelo Governo Federal o curso de formação dessa Escola - quanto na institucionalização da profissão de Administrador no país.

O ano de 1959 também marcou o início das atividades da Escola de Administração da UFBA, um dos polos de irradiação dessa área no Nordeste do país. Conforme Matta (1979), as atividades da Escola de Administração da UFBA se iniciaram a partir de missões norte-americanas da *Graduate School of Business Administration* (MSU) e da *School of Public Administration* (USC), para selecionar candidatos à bolsa no exterior.

O auge dos cursos de Administração de Empresas (AE) brasileiros corresponde ao final da década de 60 e início da década de 70 (COELHO, 2006), com a expansão do ensino superior, época de acentuação do processo de industrialização, sobretudo devido à importação de tecnologia norte-americana (WAIANDT, 2009).

Waiandt (2009) acrescenta que os primeiros currículos dos cursos de Administração expressavam a perspectiva da escola norte-americana através de um conjunto de disciplinas que se configurariam em “estrutura aparente de uma trama intrincada de fatos, conceitos, princípios e generalizações, os quais são a matéria do ensino”. Nesse período, a presença dos Estados Unidos, através de agências como a *United States Agency for International Development* (USAID), a Fundação Ford, o Instituto Rockefeller, a Fundação Carnegie e pelo Plano Marshall se estendeu por boa parte do mundo (BARROS, 2014).

A crise do curso superior em AP sob o auspício da administração científica e da assistência técnica norte-americana teria se iniciado, segundo Coelho (2006), por volta dos anos oitenta. Começam a surgir, no bacharelado, os cursos de AE da fusão com os antigos, transfigurando-se para a formação de generalistas em Administração (VIEIRA, 1976). Nas universidades públicas, os cursos de AP agonizavam, mantendo-se distinto (e apartado) do curso de AE em poucas instituições, entre as quais a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade de Brasília (COELHO, 2006).

Conforme Alcadiyani e Caldas (2012) é comum perceber pontos tangentes que as raízes do ensino de Administração no país mantém com a própria americanização – processo deliberado e consciente de difusão dos valores básicos dos Estados Unidos para países sob sua influência

como resultado de sua preponderância política, econômica e militar. O remanescente que representa, ainda no Brasil de hoje, a presença de modelos de origem norte-americanos de disseminação do *management* tem sido motivo tanto de admiração quanto de controvérsias por parte de pesquisadores (ALCADIPANI; BERTERO, 2012). Durante muito tempo, os Estados Unidos eram tidos como detentores da gestão mais moderna e adequada para as necessidades locais (ALCADIPANI; BERTERO, 2012). Além disso, muito embora alguns autores pareçam supor que houve uma simples imposição do modelo norte-americano seguido por professores (COVRE, 1982), outros afirmam que os professores brasileiros foram agentes na aceitação e difusão deste modo de pensar (ALCADIPANI; BERTERO, 2012).

Por outro lado, pesquisadores indicam uma hibridização do modelo norte-americano com as características locais (USDIKEN, 2004). Diante disso, a potencialidade e a própria revolução causada pelos aportes do *management* americano, como finanças, *marketing*, produção, administração geral, recursos humanos etc., aliada a tradição das ciências sociais brasileira substancialmente distinta da americana, ajudaram, de certo modo, a redefinir o ensino de Administração no país. Desse modo, visualiza-se que dessa hibridação, o ensino de Administração no Brasil assume grandes dimensões, com 2.000 cursos de graduação, mais de uma centena de cursos de pós-graduação *strictu-sensu* e um número significativo de cursos de pós-graduação *lato-sensu* a respeito dos quais não há estatísticas confiáveis (ALCADIPANI; BERTERO, 2012).

Em relação a história das instituições de ensino, como as escolas de Administração no país, pode-se acrescentar que ela integra uma tendência recente em historiografia, que concede relevância epistemológica e temática a investigação das nuances sociais em detrimento das precipitadas análises de conjunto (macrossociológicas) que, sobretudo na área educacional, se faziam presentes (FISCHER; WAIANDT; FONSECA, 2011). Nesse sentido, segundo Fischer, Waiandt e Fonseca (2011), esse movimento historiográfico enfatiza pesquisas locais, menos generalizantes, em que o sujeito, até então mero reflexo do grupo social a que pertencia, torna-se o ator da história ressaltadas em pesquisas tal como Matta (1979). Entre esses estudos, Amon (2014) propõe o desenvolvimento de estudos sobre cursos de Administração, a fim de apontar outros atores significativos que contribuíram para o estabelecimento da Administração no Brasil e suas ligações, para que se possa entender mais especificamente o enredo entre os saberes importados de outros países, especialmente dos EUA, e o cenário brasileiro no qual se inseriram, realidade distinta daquela onde foram originalmente desenvolvidos. Se a aproximação entre Administração e história é ainda um movimento que não avançou substancialmente (COSTA; BARROS; MARTINS, 2009), a história das escolas de Administração é um campo que registra poucos estudos e pode ser considerado um território com muito por explorar.

Embora seja uma das primeiras escolas de administração fundadas no país, não foram encontrados estudos que registrem a história da Escola de Administração do Ceará–EAC identificando os atores significativos na sua criação no ano de 1957. Sendo assim, esta pesquisa objetiva compreender a história dessa escola, entre seu primórdio da fundação da EAC, da fusão com a UECE, no ano de 1975 e a sua consolidação como curso de graduação em Administração no Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) da mesma instituição em 1979.

#### **4 Metodologia**

O percurso metodológico do presente estudo baseia-se em uma pesquisa histórica, valendo-se de fontes primárias com materiais obtidos através da realização de entrevistas (BOOTH; ROWLINSON, 2006) e secundárias do tipo documentais, levantadas em diferentes arquivos (ATKINSON; COFFEY, 1998). Durante a pesquisa de campo, realizada em um período



de 4 meses, foi compilado um diário de campo no qual foi descrito as observações e trechos das conversas informais realizadas pelos pesquisadores durante os encontros com diferentes atores do curso de Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

As entrevistas organizadas de forma semi-estruturadas foram realizadas com professores, funcionários e diretores do CESA da UECE, no qual funciona o curso de graduação em Administração. Entre estes foram entrevistados três professores do curso de Administração formados na EAC, o diretor do CESA e uma funcionária administrativa. Todos esses sujeitos estão vinculados ao curso de Administração da UECE desde os anos 60 ou anos 70. Durante as entrevistas foram discutidos aspectos envolvidos nos objetivos dessa pesquisa, entre estes: a trajetória profissional dos entrevistados, a história do curso de Administração da UECE, suas experiências durante a trajetória no curso, as transformações ocorridas durante o tempo, assim como os principais atores envolvidos nesse processo e aspectos políticos e contextuais locais que influenciaram o estabelecimento do curso na região. As entrevistas duraram cerca de 45 minutos e foram gravadas e transcritas.

Também foram pesquisados uma variedade de arquivos que possibilitaram a composição de um *corpus* documental (arquivos gerais, atas de reunião, relatórios, regimentos, resoluções, solicitações, ofícios, formulários de reestruturação de departamentos classificados pela natureza, fontes e data) com materiais provenientes de várias fontes, tais como CESA/UECE, Divisão de Comunicação (1957-2011) e Arquivo e Seção de Arquivo e Microfilmagem da UFC (1964-1973), Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (década de 50), documentos de cooperação com os Estados Unidos da agência USAID (1951-1986), Bancos de Desenvolvimento Regionais - Banco do Nordeste, assim como artigos de jornais de época disponíveis em domínio público e outros documentos levantados da Internet. Esses documentos foram fotografados, fotocopiados e após categorizados, tendo como base os objetivos dessa pesquisa. Teve-se acesso a um documento de comemoração para o aniversário de 57 anos do Curso de Administração da UECE. Esse documento contém o histórico do curso assim como um breve histórico de antigos diretores do CESA (desde à época da EAC até o ano de 2014).

O uso de fotografias e imagens também foi utilizado. As imagens fotográficas permitiram ter conhecimento a respeito dos membros da EAC e do CESA desde os seus primórdios. Além disso, foi composto o próprio acervo da pesquisa, sendo fotografados todos os documentos históricos, fontes e arquivos, livros antigos e escrituras, imagens dos fundadores da EAC. Algumas vezes essas imagens foram apresentadas aos entrevistados no intuito de iluminar a memória e elucidar fragmentos, melhor redirecionando as narrativas e relatos.

Tendo como base o objetivo dessa pesquisa, a análise de todos os materiais documentais e informações coletadas procedeu em várias etapas, constituindo-se em forma de enredos e relatos. O primeiro objetivo foi identificar a origem do curso de Administração no Estado do Ceará. Até então, essa história permanecia desconhecida por muitos e havia um embate entre a UECE e a Universidade Federal do Ceará (UFC) sobre a primazia do curso. Esse fato pode ser confirmado no endereço eletrônico da FEAAC (Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade) da UFC, onde é informado que o curso de Administração deles é o mais antigo do Estado do Ceará, criado em 16 de julho de 1978 (UFC, 2015). Em segundo lugar, foram identificados os principais atores que participaram do surgimento do curso até o seu estabelecimento. Por último e tendo como base uma linha cronológica, traçou-se um enredo, iluminando a trama histórica que nos contou sobre a criação do curso em Administração até onde ele se encontra consolidado atualmente. O enredo histórico dessa trama envolveu três períodos intercalados entre os anos de 1957 a 1979.

## **5 A Trama História do Curso de Administração: da EAC para a UECE**

O curso de Administração da UECE passou por diversos momentos históricos antes de chegar ao ponto em que se encontra hoje vinculado à Universidade Estadual do Ceará (UECE). E para facilitar a compreensão dessa trama narrativa, a sua história foi compreendida em três períodos que serão narrados a seguir.

### **5.1 Lançamento de uma Escola experimental: a EAC (1957 – 1961)**

Durante o governo de Juscelino Kubistschek (1956-1961), em virtude do cenário industrial-modernizador, houve uma crescente importância do ensino de administração pública no país, com seu desenvolvimento marcado pelo planejamento governamental e por convênios de cooperação técnica com o exterior (FISCHER, 1984). Neste mesmo período surgiam no Nordeste do país o Banco do Nordeste do Brasil (inicialmente BNB e hoje apenas Banco do Nordeste - BN), sediado em 1954 na cidade de Fortaleza, e a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste) criada em 1959 e sediada em Recife, Pernambuco. Essas organizações foram instrumentos importantes na estruturação de um modelo de desenvolvimento regional, agindo como um meio de superar a incômoda situação que era a permanência da região Nordeste em condições de atraso econômico e social.

Diante da iniciativa por parte do governo, e agora também por parte de instituições privadas, iniciou-se um movimento para o estabelecimento de um curso de Administração no estado do Ceará. Como afirma o professor Paulo César (2014, em entrevista):

Ela (a EAC) foi um movimento de um conjunto de pessoas ingressas do Banco do Nordeste que começaram esse movimento pois havia uma demanda muito grande tanto da iniciativa privada, das pessoas, como do governo para a formação desse curso. E do outro lado havia também essas pessoas empenhadas em fazer, em criar esse curso porque conheciam essa cidade, praticavam a gestão e tinham sido formadas em gestão, e assim surgiu. Tanto que os professores da EAC, durante muitos anos, eram ex funcionários do Banco do Nordeste dada a influência que eles tiveram na formação do curso.

Além disso, o curso de Administração Pública EAC foi criado vinculado a uma bolsa de estudos que a Escola Brasileira de Administração Pública do Rio de Janeiro (EBAP), mantida pela FGV, concedeu ao professor Mozart Soriano Aderaldo. Que ao retornar ao estado, juntamente com outros intelectuais, deu início a esse movimento de fundação da EAC (EAC, 1964).

A EAC então foi fundada em 1957 por uma entidade de caráter privado - o Instituto Cearense de Administração - e teria como finalidade concorrer para o incremento das pesquisas relativas aos problemas administrativos e cooperar com os órgãos públicos, tais como os bancos de desenvolvimento e agências de fomento, no sentido de fornecer formação e desenvolvimento do corpo de servidores para utilização das modernas técnicas de administração pública.

Na época de sua instituição (década de 50), todos os fundadores da EAC eram formados pela Faculdade de Direito da Universidade do Ceará, atualmente Universidade Federal do Ceará, são eles: Raimundo Girão, Mozart Soriano Aderaldo, Aluísio Cavalcante, João Climaco Bezerra, Liberato Moacyr Aguiar, Plácido Aderaldo Castelo, Vicente Ferrer Augusto Lima, Paulo Bonavides, Antonio Figueiras Lima, Francisco de Assis Arruda Furtado. Além de fundar a EAC, muitos deles atuaram como professores e diretores. Observa-se que, além da influência do Banco do Nordeste e da SUDENE, o curso de Direito também se sobressai como um dos atores que tiveram uma forte atuação e influência no início da EAC, como cita o professor Roberto Pinto (2014, em entrevista):

(...) nós não tínhamos aqui professores de Administração, nós não tínhamos administradores, nós tínhamos economistas e muitos advogados. Verdade, o curso de Administração, o nosso curso de Administração, ele surgiu pelas mãos de advogados, tinha muito pessoal do direito, né?! Professor Aluísio, professor Júlio, professor Silvio Braz, uma porção deles. Eles foram os pioneiros. Então a origem do curso de Administração é essa, foram alguns advogados, principalmente, que se reuniram e criaram o curso.

Os fundadores então decidiram organizar a EAC tendo como base os princípios curriculares da EBAP. Os seus primeiros cursos, de administração pública e outros voltados para atender às demandas dos órgãos públicos, como o BN e a SUDENE – como cursos de curta duração –, assim como suas atividades internas ocorriam de forma ainda experimental – em razão da falta de regulamentação do ensino de Administração no país.

Assim, no ano de 1960 a EAC realizou seu primeiro Concurso de Habilitação, dando início às aulas do curso de Administração Pública. Entretanto, por sugestão da Universidade do Ceará, que anteriormente teve solicitação de agregação do curso negada, os trabalhos já iniciados foram suspensos até que o Ministério da Educação e Cultura desse sua autorização. Esse tipo de organização o formato de “escola” não se achava, no momento, regulada por lei federal, não existindo àquela época no país nenhuma escola dessa natureza autorizada pelo Ministério de Educação.

A fim de que essa autorização fosse facilitada, em 28 de maio de 1960, a EAC foi encampada pelo poder público estadual mediante a Lei nº 4. 828, publicada no Diário Oficial do Estado de 4 de junho do mesmo ano. Nesse diploma legal foi mantido os princípios curriculares da EBAP.

Ao ser encampada pelo estado a EAC obteve autorização de funcionamento pelo Parecer do Conselho Federal de Educação e Decreto nº 49.528, do Governo Federal, dado de 13 de dezembro de 1960. Porém, nos termos de legislação federal, os órgãos competentes do Ministério da Educação e Cultura resolveram adotar o currículo do Curso de Administração existente na FACE/UFMG, sendo necessário acrescentar 8 disciplinas as já 24 existentes. Após sua legalização, teve início, em 1961, a primeira turma do Curso de Administração Pública, reconhecido pelo Ministério da Educação (BRASIL, 1961).

Notam-se um leque de influências que terminaram por caracterizar uma formação híbrida do curso da EAC. Sendo a primeira, e a base assim também para outros cursos pioneiros, o contexto político do país, no qual havia grandes incentivos para a modernização e industrialização do Brasil. Segunda e mais específica, os bancos e instituições de desenvolvimento do Nordeste (como o BNB e a SUDENE), atuando como apoiadores e incentivadores, além de que, muitos dos fundadores e alunos do curso estavam vinculados a esses bancos e agências. Terceira, o curso de Direito, tanto por parte dos fundadores como dos professores, influenciando na organização do curso. Por último, o currículo da EBAP, que por sua vez subia influência das agências americanas, e, por fim, as influências curriculares do curso da UFMG.

## **5.2 EAC: Uma instituição híbrida? (1961 – 1973)**

No momento em que a EAC foi encampada pelo Estado do Ceará, e já sob fiscalização federal, passou a funcionar em próprio patrimônio estadual, na Faculdade de Ciências Econômicas, que naquela época era um estabelecimento mantido pelo Estado. As aulas da EAC eram ministradas no período da manhã, não havendo, dessa forma, nenhuma interferência nas aulas ministradas pela Faculdade de Ciências Econômicas, que funcionava no turno da noite.

Contudo, com a perspectiva de federalização da Faculdade de Ciências Econômicas no decorrer do ano de 1962, o que aconteceu após sanção e promulgação de lei federal, a direção da EAC decidiu organizar uma sede própria. Antes desse acontecimento, o Governo Estadual já tinha autorizado a direção a alugar um prédio e para o exercício financeiro de 1962 já existia um orçamento designado para a construção da sede própria da EAC.

Após isso, a EAC foi agregada à Universidade do Ceará conforme Lei Estadual no. 5.883, de 25 de maio de 1962, obedecendo exigência da legislação federal do ensino superior, lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Havia, então, uma trama institucional, onde a EAC agora estadual foi agregada a uma instituição federal, obedecendo à legislação da época, na qual rezava que o ensino superior fosse ministrado em estabelecimento, agrupado ou não em universidades, com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional. Como nos afirma o Professor Roberto Pinto (2014, em entrevista):

Eu entrei como aluno do curso da UECE em 1970. Nesse tempo, a Universidade Estadual do Ceará não existia ainda como universidade. Eram cursos individuais, e o curso de Administração era um curso autônomo, cujos diplomas eram emitidos pela Universidade Federal do Ceará, que era a única universidade que nós tínhamos aqui no estado. O nosso curso era agregado à Universidade Federal do Ceará, era chamado de Escola de Administração do Ceará.

Segundo Schrader (2002), o primeiro reitor da Universidade do Ceará distinguiu o significado de agregada para aquela instituição que possuía vínculo com a universidade, mas não fazia parte do seu patrimônio. Ou seja, esta apropriação da EAC era percebida pelos professores, funcionários e alunos da EAC apenas como um requisito legal para seu funcionamento.

O Prof. Roberto Pinto ainda informa em entrevista que os antigos alunos formados na EAC, como no seu caso, ao retirarem a segunda via do diploma receberam-na como formados no curso de Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Esses relatos evidenciam que a EAC era um ator híbrido tanto em termos curriculares como em termos estruturais: encampada pelo estado do Ceará e apropriada pela Universidade Federal.

Nesse período, além do curso de graduação em Administração Pública, a EAC também atuava oferecendo cursos de Administração, treinamento e aperfeiçoamento aos servidores públicos da UFC, assim como no acompanhamento de programas de desenvolvimento industrial no Estado do Ceará, como o projeto *Asimow*, patrocinado pela agência dos Estados Unidos (EUA) para o Desenvolvimento Internacional USAID – *United States Agency for International Development*.

Conforme Barros (2014), os cursos de Administração no Brasil, assim como o da EAC, se desenvolveram num contexto de crescente hegemonia norte-americana, que se exercia principalmente por meio de mecanismos de cooperação como aqueles relacionados a Aliança Para o Progresso - programa de ajuda externa norte-americano direcionado para a América Latina (RIBEIRO, 2006) - e aos convênios com a USAID e outros institutos e fundações.

O projeto *Asimow* foi implementado no Cariri que reuniu a UFC, o Banco do Nordeste, a Universidade da Califórnia e a Fundação Ford, em 1961, patrocinada pela agência USAID. O interesse da Universidade da Califórnia (UCLA) em realizar este projeto em países subdesenvolvidos era, inicialmente voltado para Índia. Mas, o então reitor da UFC Antônio Martins Filho convidou o professor Morris Asimov para vir conhecer o Ceará e, especialmente, o Cariri.

Vale ressaltar que, conforme Queiroz (2010), esse projeto controverso adquiriu dois objetivos – por um lado internacional e por outro nacional - assim, internacionalmente, partiu do esforço norte-americano de “combate à subversão” e, no caso brasileiro, esse esforço se combinou com a estratégia de enfraquecimento e desestabilização do governo Jango e com a

tática privilegiada de reforçar os cofres dos governos estaduais amigos, considerados “ilhas de sanidade administrativa”. À nível local, ainda segundo o autor, o governo Virgílio Távora (1963-1966), por este haver exercido a função de ministro de aviação no período parlamentar do governo Jango, não deixou de ter o seu condomínio governamental enquadrado na categoria das “ilhas de sanidade”(QUEIROZ, 2010). Foi lançado também o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), no triênio em que comandava o executivo estadual, que correspondeu a um esforço de criação de uma infra-estrutura no intuito de inserir o Ceará na marcha da modernização-industrialização. Vale ressaltar que esse plano foi concebido com ajuda norte-americana, com recursos identificados com a chamada Aliança para o Progresso (QUEIROZ, 2010).

Como podemos observar, as mudanças políticas exerceram influência na consecução do *management* e na criação da EAC. Dentro desse contexto, com a ampliação do parque industrial do Ceará, a EAC vislumbrou a necessidade de formar também Administradores de Empresas, tendo como referência, novamente, os padrões adotados na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Assim, a habilitação em Administração de Empresas foi autorizada pelo Decreto Estadual no. 6.044, de 13 de dezembro de 1963 e sua implantação ocorreu em 1964.

E a Lei nº 7.704, de 24 de novembro de 1964, transformou a Escola em autarquia, como unidade de ensino superior, com personalidade jurídica, sede e foro na cidade de Fortaleza, gozando de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar.

Ainda nessa conjuntura, a Administração e sua profissão estavam sendo regulamentada perante às leis do país. Houve a normatização da profissão de Técnico de Administração no ano de 1965 pela lei nº 4.769 (BRASIL, 1965), além da fixação do primeiro currículo mínimo do curso de graduação em 1966 conforme os preceitos da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, oficializando assim a formação acadêmica da Administração.

O reconhecimento do Curso de Administração Pública pelo Ministério da Educação e Cultura foi concedido conforme Decreto no. 55. 473, de 7 de janeiro de 1965, tendo em vista o parecer no. 343/64 do Conselho Federal de Educação. Já o reconhecimento do Curso de Administração de Empresas ocorreu mediante Parecer 331/68 do Conselho Federal de Educação, datado de 10 de maio de 1968.

Observa-se que, durante esse período diversos fatores caracterizaram a identidade híbrida da EAC, como a dualidade entre passar de uma instituição autônoma para estadual e logo depois federal, além de sofrer das influências das agências americanas de um lado enquanto agregada da UFC e de outro por no início ter como base o currículo da EBAP. Uma fase repleta de mudanças convergentes e divergentes, ainda assim construindo e firmando as características de um curso em Administração que viria a seguir.

### **5.3 O Curso de Administração da UECE – CESA: uma identidade consolidada (1973 - 1979)**

Esta hibridação curricular e estrutural deu início a uma fase com novos elementos que delinearam uma nova identidade da EAC, conformando características locais, através da influência dos bancos e agências locais BN e SUDENE – assim como das elites locais. Uma instituição que marcou esta fase foi a criação da Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNEDUCE) em 18 de outubro de 1973, pela Lei Estadual nº 9.753/73. A FUNEDUCE foi instituída com o objetivo de estabelecer uma universidade e ser sua mantenedora, tal fato ocorreu com a resolução nº 2 de 05 de março de 1975 do Conselho Diretor referendada pelo Decreto nº 11.233 de 10 de março do mesmo ano.

Nesse processo foi então criada a Universidade Estadual do Ceará (UECE), incorporando ao seu patrimônio, além da EAC, outras unidades de ensino superior existentes na época, como a

Faculdade de Veterinária do Ceará, a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, a Escola de Serviço Social de Fortaleza e a Escola de Enfermagem São Vicente de Paula. Ou seja, a EAC deixa de ser agregada a uma universidade federal e passa a fazer parte de uma universidade estadual.

Diante dessa incorporação, os cursos da EAC passaram a denominar-se Curso de Administração, unidade integrante do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA). Houve a expansão e a renovação dos quadros acadêmicos e a busca de melhoria de performance do corpo docente, enquanto se realizavam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Exemplo disso foi a criação pela UECE, em 1978, da Habilitação e Administração Hospitalar, a qual teve reconhecimento mediante a Portaria Ministerial nº 9 de 17 de janeiro de 1985.

Posteriormente e por necessidade de adequação às novas exigências administrativas que se evidenciaram nos seus primeiros anos de funcionamento, a FUNEDUCE foi transformada em Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE, em 18 de março de 1979 pela Lei nº 10.262, pelo então Governador Virgílio Fernandes Távora. Com *campi* instalados, na época, nos municípios cearenses de Fortaleza, Crateús, Iguatu, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Quixadá e Tauá.

Dessa forma, o curso de Administração que teve suas origens na EAC passa a não só agregado, mas integrante de uma universidade. Esse período representa, assim, a consolidação de uma nova identidade perante às mudanças e evoluções que ocorreram no decorrer de 22 anos e que dialogaram com agências de desenvolvimento e instituições financeiras, acordos americanos e determinações políticas. Esse último período aborda somente o início dessa nova etapa da história, que atualmente já se desenvolve ao longo de mais de 35 anos.

## 6 Considerações finais

O presente estudo buscou realizar uma historiografia do curso de Administração da Universidade Estadual do Ceará. Nesse sentido, observa-se que em cada período abordado a história da EAC nos relata diferentes tramas. Em um primeiro momento, visualizam-se as influências que a EAC recebeu: norte-americanas, nacionais e das agências e elites locais. Já o segundo período evidencia o desenvolvimento de uma instituição híbrida tanto em termos curriculares como estruturais pelo embate entre o poder estadual agregado à uma instituição federal, e suas implicações. O terceiro e último período apresenta a consolidação de uma identidade que se resume no curso de Administração da EAC como integrante da Universidade Estadual do Ceará.

Em síntese, essas fases constituem um breve levantamento histórico do surgimento da Administração enquanto área de conhecimento no Ceará. Dessa forma, buscou-se traçar as tramas que a EAC percorreu, esclarecendo fragmentos da sua história.

## Referências

- ATKINSON, P; COFFEY, A. Analysing documentary realities. In D. Silverman. **Qualitative research: theory, methods and practice**. London: SagePublication, 1998.
- ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O.Uma escola norte-americana no Ultramar? Uma historiografia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo na Fundação Getulio Vargas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...**2012.
- \_\_\_\_\_. CALDAS, M. Americanizing Brazilian Management. **Critical Perspectives on International Business**, v. 8, n.1, p. 37-55, 2012.

BARROS, A; ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. **A Criação da Graduação em Administração na UFRGS: A Influência dos Estados Unidos e da FGV.** V Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, Florianópolis – SC – Brasil, março, 2015.

\_\_\_\_\_. Uma narrativa sobre os cursos superiores em Administração da FACE/UFMG: dos primeiros anos à sua unificação em 1968. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, Mar. 2014.

BERTERO, C. O. **Ensino e Pesquisa em Administração.** São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BOOTH, C.; ROWLINSON, M. **Management and Organizational History: Prospects Management & Organizational History.** Vol. 1 (1): 5-30, 2006.

BRASIL. Decreto legislativo nº 1.339, de 1905 - Declara instituição de utilidade pública a Academia de Comercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos, como de caracterofficial; e dá outras providencias.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 49.528, de 13 de Dezembro de 1960 - Concede autorização para o funcionamento do Curso de Administração Pública, da Escola de Administração do Ceará. \_\_\_\_\_. Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Brasília, 1961.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D61934.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D61934.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto no. 55. 473, de 7 de janeiro de 1965. Concede reconhecimento ao Curso de Administração Pública da Escola de Administração do Ceará. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55473-7-janeiro-1965-395816-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Parecer nº 343/64, aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 13/11/1964. Escola de Administração do Ceará (Solicitação de reconhecimento). Documenta nº 32, p.42-48, dez. 1964.

CEARÁ. Lei nº 4.828, de 4 de junho de 1960. Encampa a Escola de Administração do Ceará, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Ceará, CE, 4 jun. 1960. Disponível em: <[http://imagens.seplag.ce.gov.br/do/1960/19600604/SEADDO.2HLOB0D.140F2GD\\_2485.Tif](http://imagens.seplag.ce.gov.br/do/1960/19600604/SEADDO.2HLOB0D.140F2GD_2485.Tif)>. Acesso em: 20/05/2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.883, de 25 de maio de 1962. Autoriza a Pde Executivo a agregar à Universidade do Ceará a Escola de Administração do Ceará. Diário Oficial [do] Estado do Ceará, CE, 25 mai. 1962. Disponível em: <<[http://imagens.seplag.ce.gov.br/do/1962/19620601/SEADDO.16I13DB.271131Q\\_2349.Tif](http://imagens.seplag.ce.gov.br/do/1962/19620601/SEADDO.16I13DB.271131Q_2349.Tif)>>. Acesso em: 20/05/2015.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual no. 6044, de 13 de dezembro de 1963. Concede autorização para o funcionamento do Curso de Administração de Empresas da Escola de Administração do Ceará. Diário Oficial [do] Estado do Ceará, CE, 13 dez. 1963. Disponível em: <[http://imagens.seplag.ce.gov.br/do/1963/19631218/SEADDO.1HOC3CI.34T3486\\_5629.Tif](http://imagens.seplag.ce.gov.br/do/1963/19631218/SEADDO.1HOC3CI.34T3486_5629.Tif)>. Acesso em: 20/05/2015.

\_\_\_\_\_. Lei Estadual nº 9.753/73. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE, dispõe sobre a extinção das autarquias educacionais do Estado e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Ceará, CE, 18 out. 1973.

Disponível em:

<[http://imagens.seplag.ce.gov.br/do/1973/19731023/SEADDO.00B1H3H.0KMU3GG\\_7357.Tif](http://imagens.seplag.ce.gov.br/do/1973/19731023/SEADDO.00B1H3H.0KMU3GG_7357.Tif)>. Acesso em: 20/05/2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 11.233 de 10 de março de 1975. Homologa a criação da Universidade Estadual do Ceará, aprova o respectivo Estatuto e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Ceará, CE, 10 mar. 1973. Disponível em: <[http://imagens.seplag.ce.gov.br/do/1975/19750313/SEADDO.0143VF3.2D7I223\\_1087.Tif](http://imagens.seplag.ce.gov.br/do/1975/19750313/SEADDO.0143VF3.2D7I223_1087.Tif)>. Acesso em: 20/05/2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.262 de 18 de maio de 1979. Autoriza o Poder Executivo a transformar a Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE em Fundação Universidade Estadual do Ceará – UECE e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Ceará, CE, 10 mar. 1979. Disponível em: <[http://imagens.seplag.ce.gov.br/do/1979/19790521/SEADDO.201C6GD.2GL1HG7\\_14.Tif](http://imagens.seplag.ce.gov.br/do/1979/19790521/SEADDO.201C6GD.2GL1HG7_14.Tif)>. Acesso em: 20/05/2015.

CLARK, P.; ROWLINSON, M. The treatment of History in Organization Studies: towards an ‘historic turn’? **Business history**, v. 46, n.3, p. 331-352, July, 2004.

COELHO, F. **Educação superior, formação de administradores e setor público**: um estudo sobre o ensino de administração pública — em nível de graduação — no Brasil. Tese (doutorado em administração pública e governo) — Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

COELHO, F. S.; NICOLINI, A. M. Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952). **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 367-388, Apr. 2014.

COOKE, B. **Writing the left out of management theory**: the historiography of the management of change. *Organization*, v.6, n.1 p. 81-105, 1999.

COSTA, A. BARROS, D.; MARTINS, P. Perspectiva Histórica em Administração: Novos Objetos, Novos Problemas, Novas Abordagens. **RAE**, São Paulo. v. 50, n. 3, P. 288 - 299. jul./set 2010.

COVRE, M. L. M. **A formação e a ideologia do administrador de empresas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

DUREPOS, G.; MILLS, A. Actor Network Theory, ANTi-History, and Critical Organizational Historiography. **Organization**, 19(6) 703-721, 2012.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ. Ofício nº 11: Relatório referente aos trabalhos do ano letivo de 1963, 9 mar. 1964.

FISCHER, T. **O ensino de administração pública no Brasil**. Tese (doutorado em administração) — Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1984.

\_\_\_\_\_. A formação do administrador brasileiro na década de 90: crise, oportunidade e inovações nas propostas de ensino. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 11-20, out./dez. 1993.

\_\_\_\_\_.; WAIANDT, C.; FONSECA, R. L. A história do ensino em administração: contribuições teórico-metodológicas e uma proposta de agenda de pesquisa. **Rev. Adm. Pública**, 45 (4), 2011.

GRAS, N. S. B., LARSON, H.; HOWER, R.; DE ROOVER, F.; STALSON, J. ‘The Literature of Business History.’ **Harvard Business Review** 41(Autumn): 105–25, 1937.

KEINERT, T. M. M. Os paradigmas da administração pública (1900-92). **RAE — Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, p. 41-48, maio/jun. 1994.

KIPPING, M.; ÜSDIKEM, B. PUIG. N. Imitation, tension, and hybridization: multiple "americanizations" of management education in mediterranean Europe. **Journal of Management Inquiry**, v. 13, 98 - 108, 2004.

MACHADO, M. **O ensino de administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1966.

MARTINS, C. B. Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil (1952-1983).



**Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 41, n. 7, p. 663-676, jul. 1989.

MAUCK, E. A. **The Establishment of a Public Administration Training Program in the School of Economic Sciences U.M.G.** under a project agreement between The Institute of Inter-American Affairs and the University of Minas Gerais, Brazil. The Institute of Inter-American Affairs, 1954.

MATTA, J. E. **Escola de Administração: vinte anos de história institucional (1959-1979)**. Bahia: UFBA, 1979.

NICOLINI, A. M. A **Graduação em Administração no Brasil: uma análise das políticas públicas**. 2000. 109 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2000

PINTO, V. R. R.; JUNIOR, M. D. M. Uma abordagem histórica sobre o ensino da administração no Brasil. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 6, n.4, p. 1-28, out./dez, 2012.

QUEIROZ, F. J. C. de. **Padres, coronéis e ativistas sociais: O Cariri à época da usurpação militarista 1964-1985**. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2010.

RIBEIRO, R. A. **A Aliança Para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. (Tese, doutorado em ciência política). Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SCHRADER, Erwin. O canto coral na cidade de Fortaleza/Ceará: 50 anos (1950-1999) na perspectiva dos regentes. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Música) Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2002.

SIEGEL, G. The school of public administration involvement in international education and institution building programs. In: CLAYTON, R.; NELSON, E. K.; NEWLAND, C.; JENSEN, C. **Futures of the Past: collected papers in celebration of its more than eighty years** University of Southern California's School of Policy, Planning and Development. Bloomington: Iuniverse, 2010. p. 371-400.

TAYLOR, D. A. **Institution Building in Business Administration: the Brazilian experience**. Michigan: Institute for International Business and Economic Development Studies, Michigan State University, 1968.

ÜSDIKEN, B. (2004). Americanization of European management education in historical and comparative perspective: a symposium. **Journal of Management Inquiry**, 13(2), 87-89.

\_\_\_\_\_; KIESER, A. Introduction: history in organization studies. **Business History**, v. 46, n. 3, p. 321-330, 2004.

VALE, M. P. E. de M. **Institucionalização do Ensino em Administração de Empresas na Cidade de São Paulo: Um estudo de caso sobre a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo**. Dissertação (mestrado em administração de empresas) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV-EAESP, São Paulo, 2012.

VIEIRA, P. O ensino de administração a nível de graduação. **Revista de Administração Pública**, Vol. 10, No 3, 1976.

VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **ERA** (Impresso), v. 50, p. 36-46, 2010.

WAIANDT, C.A. **O ensino dos estudos organizacionais nos cursos de pós-graduação stricto sensu em administração**. Tese (doutorado em administração) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.